



Número: **0603030-14.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **11/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por ELENICE FREITAS DE JESUS DOS ANJOS, CPF 574.649.449-68, candidata ao cargo de Deputado Estadual pelo Partido Republicano Brasileiro - PRB.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELEICAO 2018 ELENICE FREITAS DE JESUS DOS ANJOS DEPUTADO ESTADUAL (RESPONSÁVEL)		MARCILENE SOARES DA SILVA (ADVOGADO)	
ELENICE FREITAS DE JESUS DOS ANJOS (REQUERENTE)		MARCILENE SOARES DA SILVA (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6602666	31/01/2020 13:49	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão

Esta irregularidade, entretanto, trata-se de erro contábil no registro de doações estimáveis em dinheiro. Além disso, foi possível a fiscalização de tais movimentações, através da análise das prestações de contas dos doadores.

Diante disto, tais inconsistências ensejariam a mera aposição de ressalvas nas contas, caso consideradas isoladamente.

## **6.2 - Ocorrências nas despesas pagas com recursos do FEFC (item 7.1):**

O setor técnico apontou as seguintes ocorrências nas despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC:

TIPO DESPESA	DATA	VALOR	FORNECEDOR	FONTE DO PAGAMENTO	EXISTE COMPROVANTE
Despesas com pessoal	06/09/2018	3.000,00	TAYNA GUSSO SMOLAREK	Fundo Especial	Contrato e contraponto
Despesas com pessoal	02/09/2018	1.050,00	ADRIANE MICHELE DOS SANTOS SILVA	Fundo Especial	Contrato e extrato Recibo 350,00.

Quanto a despesa com Adriane Michele dos Santos Silva, verifica-se que foi apresentado contrato de prestação de serviços no valor de R\$1.050,00. Contudo, foi juntada nota fiscal no valor de R\$350,00. Não obstante, da análise dos extratos bancários enviados pela instituição financeira, é possível identificar a compensação de três cheques em nome da prestadora de serviços, no valor de R\$350,00 cada um, sacados nos dias 12.09.2018, 21.09.2018 e 04.10.2018.



Ainda que a prestadora tenha apresentado o recibo de apenas um destes pagamentos, é possível identificar a devida contraparte das despesas nos extratos eletrônicos, o que comprova sua regularidade.

Neste sentido já decidiu esta Corte:

*EMENTA - ELEIÇÕES 2018. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LIMITE. PRAZO. PRESTAÇÃO FINAL. INOBSERVÂNCIA. RESSALVA. GASTO ELEITORAL. SERVIÇO DE TERCEIRO/MILITÂNCIA. COMPROVAÇÃO. CONTRATO. IDÔNEO. PAGAMENTO. TED. BATIMENTO CPF. REGULARIDADE.*

*1 - A inobservância do limite do prazo para entrega da prestação de contas final configura falha de natureza formal a ensejar ressalva nas contas.*

*2 - Configura-se regular o gasto eleitoral de prestação de serviço de terceiro/militância registrado na prestação de contas e comprovado por contrato que cumpre todas as formalidades e cujo pagamento mediante TED foi comprovado pela Unidade Técnica pelo batimento dos CPF's (contraparte), bem como por recibos firmados pelos fornecedores.*

*(TRE-PR. PC 0603070-93.2018.6.16.0000, Acórdão nº55.199 de 17/10/2019, Relator JEAN CARLO LEECK, Publicação: DJ – Diário de Justiça 28/10/2019).*

Por tais razões, afasta-se qualquer ressalva em virtude deste apontamento.

De outro lado, em relação à despesa com Tayna Gusso Smolarek, **no valor de R\$3.000,00**, em que pese juntado o contrato de prestação de serviços, não foi possível identificar a respectiva contraparte nos extratos bancários, tampouco nos demais documentos juntados na prestação de contas.

Devidamente intimada para se manifestar sobre tal irregularidade, a prestadora permaneceu inerte.

Com efeito, tratando-se de recursos públicos oriundos do FEFC, faz-se necessário o preenchimento de todos os requisitos para a comprovação dos gastos e, entre eles, a contraparte, que garante que o dinheiro público utilizado foi efetivamente sacado pelo fornecedor contratado.

Desta forma, inexistindo a devida comprovação da destinação do recurso, seu recolhimento ao Tesouro Nacional se impõe.

Ademais, a irregularidade acima corresponde a 9,89% do total de despesas realizadas nas contas, o que impede qualquer observância dos institutos da razoabilidade e proporcionalidade para uma eventual aprovação das contas com ressalvas.

7.Portanto, diante da existência de irregularidade grave, conclui-se pela desaprovação das contas.

8.Finalmente, é de se ressaltar que os recursos utilizadas na campanha da prestadora totalizaram **R\$30.334,99**. Houve, inclusive, recebimento de valores oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC. Não obstante, a referida candidata obteve apenas **175 votos**.Assim, revela-se recomendável a remessa de cópia do autos à Procuradoria Regional Eleitoral, para os devidos fins.

9.**ISTO POSTO**, diante da argumentação acima expendida, acompanhando o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, e com fundamento no artigo 30, inciso III, da Lei nº9.504/97 c/c



o inciso III, do artigo 77, da Resolução TSE nº23.553/17, **voto no sentido de julgar DESAPROVADAS as contas de ELENICE FREITAS DE JESUS DOS ANJOS**, relativas às Eleições de 2018, em que concorreu ao cargo de deputada estadual e não foi eleita.

10. Determino o **recolhimento do valor oriundo do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC**, cujas despesas não foram comprovadas, no montante de **R\$3.000,00, (três mil reais)**, nos termos do disposto no artigo 82 da Resolução TSE nº23.553/2018, ao Tesouro Nacional.

11. Considerando a disparidade entre os recursos recebidos (inclusive públicos) e a quantidade de votos obtidos pela prestadora, determina-se a remessa de cópia dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral, para os devidos fins.

Curitiba, 24 de janeiro de 2020.

**Carlos Alberto Costa Ritzmann - Relator**

[1] Art.50 - Os partidos políticos e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a entregar à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim:

(...)

§4º - A prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE, pela internet, entre os dias 9 a 13 de setembro do ano eleitoral, dela constando o registro da movimentação financeira e/ou estimável em dinheiro ocorrida desde o início da campanha até o dia 8 de setembro do mesmo ano.

(...)

[2] Art.52 - As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia posterior à realização das eleições ([Lei nº9.504/1997](#), [art.29, inciso III](#)).

#### EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0603030-14.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN - REQUERENTE: ELENICE FREITAS DE JESUS DOS



**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte desaprovou as contas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Gilberto Ferreira. Participaram do julgamento os Eminentes Julgadores: Desembargador Tito Campos de Paula, Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos e Roberto Ribas Tavnaro - Substituto em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO DE 24.01.2020.

